Nota

Nesta semana, ainda não teremos a publicação do artigo do escritor e ex-presidente José Sarney, decano da Academia Brasileira de Letras. Provavelmente, na próxima semana, ele retomará as publicações, às sextas-feiras.

Educar e comunicar para prevenir a ludopatia

» FERNANDO OLIVEIRA PAULINO
Professor da Universidade de Brasília (UnB) e um dos criadores do Capítulo Latino-Americano da Aliança Global de Educação Midiática e Informacional da Unesco



Nos últimos anos, a promessa de dinheiro fácil ganhou espaço nas telas de celulares e computadores. A publicidade de apostas esportivas e jogos digitais passou a integrar transmissões esportivas, mídias sociais e conteúdos de influenciadores.

Enquanto empresas apresentavam o jogo como entretenimento e oportunidade de ganhos, seus prejuízos atravessam vidas: endividamento, conflitos familiares, sofrimento psíquico e perda de autonomia. A ludopatia, ou transtorno do jogo, não pode ser reduzida à falta de caráter ou ao descontrole individual. Trata-se de um problema de saúde pública que exige prevenção, acolhimento e políticas de proteção social.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que os danos associados às apostas ultrapassam as pessoas diretamente envolvidas, comprometendo relações familiares e condições de vida. A expansão das plataformas digitais amplia esse desafio, especialmente quando recursos tecnológicos facilitam o acesso permanente aos jogos. Mesmo proibidos no Brasil, há ainda possibilidades de apostas em sites estrangeiros, tornando ainda mais necessário a compreensão dos mecanismos de funcionamento das plataformas, os estímulos à repetição e as estratégias de persuasão que transformam riscos financeiros em promessas de sucesso.

Nesse cenário, a educação midiática e informacional constitui um instrumento essencial de prevenção. Sua contribuição não se limita a ensinar usuários a identificar publicidade disfarçada ou verificar informações. Envolve compreender como interesses econômicos, algoritmos e estratégias de comunicação influenciam comportamentos e decisões.

Ao reconhecer essas dinâmicas, crianças, jovens, adultos e idosos podem desenvolver maior capacidade crítica diante de mensagens que associam apostas à realização pessoal, ao reconhecimento social e à superação de dificuldades financeiras.

A educação midiática é um direito vinculado à cidadania comunicacional. Essa perspectiva considera que a participação nos ambientes digitais depende não apenas do acesso às tecnologias, mas também da capacidade de compreender, produzir e avaliar criticamente conteúdos. Aplicada à prevenção da ludopatia, implica desenvolver ações educativas participativas, envolvendo escolas, universidades, famílias, serviços de saúde, veículos de comunicação e organizações sociais.

A Estratégia Brasileira de Educação Midiática oferece referências para essa articulação. Oficinas, jogos educativos, análise coletiva de anúncios e produção de conteúdos por estudantes podem contribuir para identificar mecanismos de manipulação e discutir os efeitos das apostas. A metodologia do aprender fazendo permite que os participantes deixem de ser apenas receptores de orientações e se tornem produtores de conhecimento, compartilhando experiências e construindo alternativas de prevenção.

Os veículos de comunicação também possuem responsabilidades. Reportagens podem investigar os mecanismos de atração das apostas, ouvir pessoas afetadas, explicar sinais de dependência e informar sobre redes de atendimento. Artigos de opinião podem questionar a naturalização do jogo como solução para dificuldades econômicas. O jornalismo precisa distinguir informação de propaganda, inclusive quando examina os próprios vínculos comerciais com empresas do setor.

Transparência, responsabilidade editorial e compromisso com o interesse público são condições para uma comunicação que contribua para a prevenção.

A atuação educativa, entretanto, não substitui a responsabilidade do Estado e das plataformas. São necessárias medidas de fiscalização da publicidade, proteção de crianças e adolescentes, transparência sobre práticas comerciais e ampliação do atendimento às pessoas afetadas.

Atribuir exclusivamente aos indivíduos a responsabilidade pelos prejuízos significa ignorar as condições econômicas, tecnológicas e comunicacionais que favorecem comportamentos prejudiciais.

Compreender a ludopatia como fenômeno multidimensional permite superar respostas baseadas na culpabilização. Educação, comunicação, saúde e regulação precisam atuar de maneira complementar. Prevenir os danos das apostas significa ampliar direitos, promover escolhas informadas e enfrentar interesses e práticas que transformam vulnerabilidades sociais em oportunidades de lucro.

Maurenilson Freire/CB/DA Press



O fim da 6x1 e o suplício dos passageiros de ônibus

» JOSÉ PASTORE
Professor titular (aposentado) da Faculdade de Economia da USP

» FREDERICO TOLEDO MELO
Mestre em direito pelo IDP



Chegou a hora de enfrentar a realidade da Emenda Constitucional 141 (EC 141), que acabou com a escala 6 x 1. Em todos os setores, os problemas práticos são imensos. Examinaremos aqui o caso do transporte de passageiros nas grandes cidades.

Diariamente, todos os passageiros dos ônibus precisam chegar pontualmente ao seu destino: trabalho, escola, supermercado, cinema, etc. Para continuar atendendo esses passageiros, as empresas de ônibus terão de reorganizar as escalas de trabalho dos motoristas e, em muitos casos, contratar novos profissionais por força da EC 141.

Vejam esta conta simples: 100 motoristas trabalhando 44 horas por semana oferecem, juntos, 4.400 horas. Trabalhando 40 horas como quer a EC 141, serão necessários 110 motoristas. Para o Brasil, seriam vários milhares de motoristas.

Isso é inviável porque 66% das empresas de ônibus urbanos revelam existir uma grave escassez de motoristas. Em 45% delas, as vagas para motoristas permanecem abertas o ano todo. Ou seja, a necessidade de ampliar as equipes ocorrerá em um mercado que não consegue sequer atender à demanda atual. Aliás, a falta de motoristas atinge praticamente todos os setores da economia brasileira.

Muitos dirão, "basta qualificar e contratar". Inexiste a possibilidade de colocar um motorista ao volante de um ônibus sem preencher as exigências legais. Para dirigir um ônibus, a carteira do motorista precisa estar na categoria "D". Para obter esse nível de qualificação, o Código de Trânsito exige, no mínimo, dois anos na categoria "B" ou um ano na categoria "C". Além disso, o candidato precisa ser aprovado em exames de aptidão física e mental, nos testes psicotécnico e toxicológico, além de audiometria, eletrocardiograma ou exames de sangue. Para quem não atende a essas exigências, é proibido dirigir um ônibus que transporta milhares de passageiros todas as semanas.

Na pressa de definir um forte "cabo eleitoral", os parlamentares que derrubaram a escala 6 x 1 e aprovaram a PEC 121 não avaliaram os inúmeros problemas práticos da sua decisão.

A primeira etapa da redução da jornada e a concessão de dois dias de repouso por semana, remunerados, começa no próximo dia 16 de dezembro. No caso do transporte urbano, será um problema insolúvel. Muitas empresas terão de reduzir a frota de ônibus por falta de motoristas, o que será um suplício para milhões de passageiros. Mesmo porque não se pode exagerar em horas extras para motoristas que passam a dirigir ônibus urbano sob condições de cansaço e exaustão.

Como resultado final, os trabalhadores serão os grandes prejudicados com a nova regra constitucional (EC 141) cujo único efeito imediato foi a de facilitar a eleição e reeleição dos políticos. Decisões desse tipo precisariam ter sido testadas e avaliadas em cada setor da economia porque o mercado de trabalho é extraordinariamente diverso.

Mas a escassez de profissionais é apenas um dos problemas para se implantar as regras da EC 141. As despesas adicionais das empresas de ônibus geradas pelas novas regras são de grande monta e, certamente, serão repassadas aos usuários e/ou às prefeituras, que terão de manter o preço das passagens por meio de subsídios. Elas têm orçamento para isso? É claro que não.

Ou seja, recompor as horas do novo regime por meio de novas contratações pressionará ainda mais o custo de operação do transporte urbano que, repetindo, terá de ser repassado aos usuários, o que afetará até mesmo o Índice de Custo de Vida em vista do peso do transporte urbano na composição daquele indicador.

Uma simulação simples indicou que uma alta de 10% nos gastos com pessoal, mantidas as demais receitas e despesas, reduzirá mais de 50% o caixa das empresas de transporte coletivo municipal e intermunicipal. O preço da passagem poderá subir muito mais do que isso, sobrando para os passageiros e para o poder público as consequências da medida precipitadamente aprovada — sem falar no comprometimento da qualidade dos serviços prestados pelas empresas transportadoras. O passageiro de menor renda será o mais exposto. Ele tem menos alternativas de transporte.

É sempre assim. As políticas públicas mal pensadas costumam prejudicar mais intensamente os cidadãos mais vulneráveis. Em outras palavras, elas desprotegem e penalizam exatamente os grupos que os políticos pretendiam proteger. A diferença entre o remédio e o veneno sempre depende da dose.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

A casa sempre ganha, e a conta chega à mesa do pobre

Há uma verdade simples que a indústria do azar tenta esconder atrás de anúncios com celebridades: em qualquer aposta, a casa não perde. O que muda de um país para outro é quem paga a conta. No Brasil de 2026, a conta tem endereço certo: a mesa de milhões de famílias de baixa renda.

Banco Central

Os números do próprio Banco Central deveriam bastar para encerrar a discussão. Em agosto de 2024, cerca de 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família enviaram aproximadamente R$ 3 bilhões a casas de apostas, apenas por Pix, o que dá em média R$ 100 por pessoa. Cem reais é parte do preço de um botijão de gás, de uma cesta de feira, de um remédio. O BC ressalva que não contabiliza os prêmios sacados, e é justo registrar isso. Mas ninguém acredita que a roleta digital devolva ao pobre mais do que tira dele. A matemática desse negócio existe exatamente para que isso não aconteça.

Endividamento

Um estudo do Insper em parceria com a StoneCo, citado em levantamentos recentes, estima que entrar nas bets eleva em quase 20% o risco de inadimplência geral e em cerca de 39% a do cartão de crédito, o que levou bancos a cortarem limites de clientes. O Banco Central já alertava, em 2024, para o efeito das apostas sobre a inadimplência da baixa renda. É o ciclo conhecido de quem trabalha com dinheiro contado: perde-se a aposta, toma-se crédito caro para tentar recuperar, perde-se de novo. Não por acaso, o Datafolha mostrou que 65% dos brasileiros defendiam proibir as apostas esportivas on-line.

Mente

O dano não é só financeiro. O jogo patológico é reconhecido como transtorno de saúde, e a aposta no celular reúne tudo o que o agrava: disponibilidade 24 horas, pagamento instantâneo, publicidade onipresente e a ilusão de que a sorte está a um toque de distância. Ao defender a proibição no Supremo Tribunal Federal (STF), os ministros da Saúde e da Fazenda e a Advocacia- Geral da União (AGU) falaram em prejuízos à saúde mental, ao orçamento e ao convívio familiar. O ministro Luiz Fux, relator do caso, afirmou que as bets são um problema econômico e de saúde pública. Quem já viu um pai de família esvaziar a conta do mês numa noite de apostas sabe que esses termos não são exagero.

Emergência

A publicidade completa o quadro. Em 2024, o próprio STF precisou referendar a suspensão de anúncios de bets voltados a crianças e adolescentes, sinal de que o setor ultrapassou limites elementares. E o esporte, que deveria ser refúgio, virou vitrine: ao defender a regulação em vez da proibição, o Cruzeiro afirmou que o patrocínio de uma bet equivalia a cinco meses de salário do elenco. É compreensível que os clubes defendam sua receita, mas ela não pode ser a justificativa para transformar torcedores pobres em clientes de um produto que os empobrece.

Lado mais fraco

A promessa de que a regulação domaria o setor não se cumpriu. A lei de 2023 criou licenças, regras de publicidade e jogo responsável, e, mesmo assim, após 22 meses de regulação, o mercado clandestino ainda respondia por mais de 40% das apostas, segundo estimativa encomendada pelo próprio setor. A regulação legitimou um produto que já fazia mal e o levou, com patrocínio de camisas e transmissões esportivas, para dentro da casa das famílias mais vulneráveis.

Narco Bet

É nesse ponto que o debate se cruza com a segurança pública. A Polícia Federal deflagrou em 2025 a Operação Narco Bet, contra um esquema em que o PCC teria usado casas de apostas para lavar dinheiro do tráfico internacional. Em 2026, investigações em São Paulo e em outros estados seguiram o mesmo rastro de fintechs, influenciadores e empresas de fachada, com bilhões em movimentações suspeitas. Muitos desses casos ainda dependem de julgamento, e a presunção de inocência vale para todos. Mas o padrão que as autoridades descrevem é claro: o crime organizado procura atividades com alto volume de dinheiro, difícil rastreio e aparência de normalidade.

Esperança alheia

O Congresso e o Supremo decidirão nas próximas semanas o destino da MP 1.394. Que o façam com a atenção voltada para quem não tem lobby em Brasília: a família que atrasou o aluguel, a mãe que deixou de comprar o remédio, o jovem que tomou crédito para recuperar a perda da véspera. A proibição deve ser mantida e acompanhada de fiscalização séria, de tratamento para quem já adoeceu e de educação financeira. E o projeto dos cassinos deve seguir onde está, na gaveta. Um país que ainda luta para garantir comida e segurança a seus cidadãos não precisa de mais um negócio que lucra com a esperança alheia, e que, como mostram as investigações, interessa tanto ao crime quanto aos seus sócios legais.

A frase que foi pronunciada:

"O bom senso é a característica que um cavalo possui e que o impede de apostar em pessoas."

WC Fields

História de Brasília

A Campanha Nacional Contra o Analfabetismo, que o sr. Jânio Quadros lançou com tanto estardalhaço, somente agora está sendo estruturada pelo ministro Oliveira Brito, que tem no seu chefe de gabinete sr. Demades Madureira um dos grandes entusiastas. **(Publicada em 27/5/1962)**